

erados, com exceção dos que estiverem relacionados a qualquer procedimento judicial pertinente ao Concurso.

Art. 59 - A interpretação dos dispositivos deste Regulamento e a solução dos casos omissos caberão:

I - à Comissão Organizadora, quanto ao processamento e julgamento das inscrições, bem como quanto aos demais assuntos de sua competência;

II - à Comissão Examinadora, nos demais casos.

Art. 60 - Todas as publicações relativas ao Concurso serão feitas no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro - Parte I - Seção de Avisos e Editais.

Art. 61 - Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## PROGRAMA

### 1. DIREITO ADMINISTRATIVO E DO TRABALHO

1. Ato administrativo. Noções gerais. Elementos. Características. Validade. Nulidade. Desfazimento: anulação e revogação. Sanatória voluntária. Prescrição.
2. Espécies de ato administrativo. Classificações segundo distintos critérios doutrinários. Ato administrativo complexo. Noções gerais. Elementos. Características. Espécies: consórcios e convênios administrativos. Desfazimento.
3. Contrato administrativo. Noções gerais. Elementos. Características. Formalização, alteração, execução e inexecução. Revisão, reajustamento e prorrogação. Desfazimento.
4. Licitações. Princípios. Competência legislativa. Dispensa e inexigibilidade. Modalidades. Concorrência. Tomada de preços, convite, concurso e leilão. Adjudicação.
5. Princípios de Direito Público e de Direito Administrativo. Princípios constitucionais explícitos e implícitos do Direito Administrativo Brasileiro. Interpretação no Direito Administrativo.
6. Organização administrativa. Noções gerais. Descentralização administrativa. Administração direta e indireta. Pessoas administrativas: pessoas políticas, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista, fundações e outras entidades privadas que exercem atividades de pública administração ou de cooperação.
7. Procuradoria Geral do Estado: preceitos constitucionais - Lei Orgânica. Procuradores do Estado.
8. Serviços públicos. Noções gerais. Princípios informativos específicos. Competência da União, Estados e Municípios. Formas de execução. Dele-

gação. Concessão. Permissão. Autorização. Tarifa. Retomada do serviço. Encampação. Desapropriação. Reversibilidade dos bens afetos ao serviço. 9. Bens públicos. Noções gerais. Espécies. Afetação e desafetação. Domínio terrestre. Terras devolutas. Terrenos de marinha. Domínio hídrico. Regime das águas. Domínio aéreo.

10. Regime dos bens públicos móveis e imóveis. Gestão patrimonial. Venda, permuta, doação, aforamento, locação, concessão de direito real de uso, cessão e permissão de uso, incorporação ao capital de sociedade, dação em pagamento, usucapião, investidura, concurso voluntário.

11. Poder de Polícia. Noções gerais. Modos de atuação: a ordem de polícia, a licença, a autorização, a fiscalização e a sanção de polícia. Espécies de Poder de Polícia. Polícia de costumes e diversões; de comunicações; sanitária; de viação e trânsito, de comércio e indústria, de profissões, ambiental e de segurança pública. Competências constitucionais.

12. Direito urbanístico. Competências constitucionais. Plano diretor. Projeto de urbanização. Alinhamento. Recuo. Desmembramento. Rememoração e parcelamento. Loteamentos. Zoneamento.

13. Direito de construir e seu exercício. Direito de vizinhança. Os Códigos de Obras. Licença para construção. Legalização de obras e mais-valia. Vistoria, embargo, demolição administrativa.

14. Intervenção do Estado na propriedade. Noções gerais. Ocupação temporária. Requisição. Limitação administrativa. Servidão administrativa. Tombamento. Intervenção sancionatória: multa, interdição, destruição de coisas e confisco. Parcelamento e edificações compulsórias.

15. Meio ambiente. Normas de proteção ecológica. Competências em matéria ambiental.

16. Desapropriação. Noções gerais. Tipos constitucionais. Fundamentos. Objeto. Beneficiários. Desapropriação indireta, parcial, por zona. Direito de extensão. Procedimento administrativo. Efeitos. Indenização e seu pagamento. Retrocessão.

17. Gestão financeira. Orçamento. Receita e despesa. Execução orçamentária. Endividamento público: limites e competência. Empréstimos externos. Títulos Reajustáveis. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária e patrimonial. Sistemas de controle externo e interno. Tribunais de Contas. Procedimentos.

18. Processos administrativos. Princípios constitucionais. Direitos de informações e a certidões. Requisições de processos. Formalidades.

19. Responsabilidade civil do Estado. Noções gerais. Responsabilidade objetiva. Caso fortuito e força maior. Fato do príncipe. Atos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário. Instituições Financeiras Públicas e responsabilidade de seus administradores.

20. Controle da atividade administrativa. Noções gerais. Controle parlamentar, controle jurisdicional e autocontrole. Contencioso administrativo. Meios específicos do controle jurisdicional.

21. Servidores públicos. Espécies. Regimes jurídicos. Natureza do regime estatutário. Cargos e funções públicas. Princípios constitucionais.

22. Provimentos originários e derivados. Concurso. Nomeação. Estágio experimental. Exercício. Remoção. Substituição. Progressão horizontal. Promoção. Ascensão. Transformação. Transferência. Reintegração. Aproveitamento. Reversão. Reclassificação. Enquadramento.

23. Vacância. Exoneração, demissão, aposentadoria e disponibilidade.

24. Direitos e vantagens dos servidores públicos. Classificações. Tempo de serviço. Efetividade e estabilidade. Férias. Licenças. Concessões. Associação sindical. Greve. Vencimento. Remuneração. Vantagens acessórias. Princípios isonômicos e limitativos constitucionais.

25. Deveres, proibições e responsabilidade do servidor público. Acumulação de cargos. Abuso de poder. Penas disciplinares. Sanções administrativas, penais e civis.

26. Processo administrativo disciplinar. Princípios específicos. Instância disciplinar e instância penal. Revisão. Direito de petição.

27. Crimes contra a Administração Pública. Código penal e legislação especial. Atos de improbidade administrativa.

28. Garantias e ações constitucionais dos administrados. O controle da legalidade pelo **habeas corpus**, mandados de segurança individual e coletivos, **habeas data**, mandado de injunção, ação popular e ação civil pública. Direito de petição aos Poderes Públicos.

29. Contrato individual de trabalho. Conceito. Elementos essenciais para sua formação. Relação jurídica dele derivada. Obrigações decorrentes do contrato. Rescisão. Nulidade. As partes no contrato individual do trabalho. Trabalhador autônomo. Trabalhador avulso. Trabalhador eventual. Empregados do Estado. Empresas e estabelecimento. Grupo econômico. Sucessão de empregadores. Poder disciplinar. O Estado Empregador.

30. Contrato individual de trabalho por prazo indeterminado e por prazo determinado. Contrato de experiência. Contrato de equipe. Trabalho temporário. Alteração do contrato. Suspensão e interrupção. Extinção do contrato individual de trabalho. Justa causa. Falta grave. Estabilidade absoluta e garantia do emprego. Estabilidade temporária. Extinção do estabelecimento. Força maior e **factum principis**. Aviso prévio. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

31. Salário e remuneração. Salário mínimo. Salário contratual. Salário profissional. Salário normativo. Comissões. Gratificações. Prêmios. Abonos. Diárias. Ajudas de custo. Gratificação de Natal. Participação nos lucros. Vale-transporte. Proteção do salário. Equiparação salarial.

32. Duração do trabalho, jornada normal e trabalho extraordinário. Duração semanal do trabalho. Trabalho noturno. Trabalho por turnos. Repouso semanal remunerado. Férias anuais. Segurança e Medicina do Trabalho. Adicional de insalubridade. Adicional de periculosidade.

33. Os sistemas de organização sindical. A organização sindical brasileira. Natureza jurídica do sindicato. Entidades sindicais de grau superior. Enquadramento sindical. Sindicabilidade do empregado da Administração Direta e da Administração Indireta.

34. Convenção Coletiva do Trabalho. Conceito. Evolução no Direito Brasileiro. Conteúdo e efeitos. Limites à aplicação das normas convencionais. Mediação e arbitragem. Classificação dos dissídios coletivos. Natureza jurídica e eficácia da sentença normativa.

35. Greve. Conceito. Natureza. A greve no direito brasileiro. Requisitos para sua deflagração. A greve nos serviços públicos e atividades essenciais.

## 2. DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO

1. Direito Processual: conceito, objeto, divisões, posição no quadro das ciências jurídicas, relações com os outros ramos do Direito. A norma processual civil no tempo e no espaço.

2. Função jurisdicional: caracterização. Distinção entre ela e as outras funções do Estado. A jurisdição voluntária. "rgão da função jurisdicional. Organização judiciária federal e estadual. "rgãos auxiliares da Justiça. Funções essenciais à Justiça.

3. Ação: conceito, principais doutrinas. Condições do seu exercício. Classificações e individualização das ações. Concurso e cumulação de ações. Conexão.

4. Processo: noções gerais. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Princípios fundamentais do processo e do procedimento no direito brasileiro. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.

5. Natureza jurídica do processo. A relação jurídica processual: caracteres, requisitos, pressupostos processuais, conteúdo. Poderes, direitos, faculdade, deveres e ônus processuais.

6. Sujeitos do processo: o Juiz. Regime jurídico da Magistratura. Competência: conceito, classificações, critérios de determinação. Prorrogação e prevenção. Incidentes sobre competência. Conflitos de competência e de atribuições.

7. Sujeitos do processo: as partes. Capacidade e legitimação. Representação, assistência, autorização. Substituição processual. Pluralidade de partes: litisconsórcio.

8. Intervenção de terceiros. Assistência.

9. Fatos e atos processuais. Classificação, forma, lugar e tempo. Vícios e seu efeitos. Nulidades. Inexistência, invalidade e ineficácia. Sanção.

10. Impulso processual. Prazos, preclusão. Inércia processual: contumácia e revelia.

11. Processo de conhecimento. Ajuizamento da causa. Demanda, pedido, petição inicial. Valor da causa. Distribuição.

12. Citação, intimação. Modalidades e efeitos da citação. Precatória e rogatória.

13. Resposta do réu. Contestação. Exceções.

14. Reconvenção.

15. Providências preliminares. Julgamento conforme o estado do processo.

16. As provas.

17. A audiência. Sentença: conceito, classificação, estrutura, efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença. A coisa julgada.
18. Vícios da sentença: efeitos e meios de impugnação. Recursos e ações autônomas. Noções gerais sobre recursos; classificação, requisitos da admissibilidade, efeitos, desistência.
19. Os recursos ordinários em espécie. Reclamação (correção parcial).
20. Recurso extraordinário. Recurso especial.
21. Execução em geral. As diversas espécies de execução.
22. Execução contra a Fazenda Pública e Autarquias. Execução fiscal. Embargos do devedor.
23. Mandado de Segurança.
24. Controle jurisdicional da constitucionalidade das leis e atos do Poder Público. Ação de inconstitucionalidade.
25. Ação de desapropriação. Ação popular. Ação rescisória.
26. O processo cautelar.
27. Os procedimentos especiais de jurisdição contenciosa e de jurisdição voluntária.
28. Mandado de injunção; **habeas data**; ação civil pública.
29. Organização da Justiça do Trabalho no Brasil. Composição e funcionamento. Competência da Justiça do Trabalho. Jurisdição e competência dos órgãos da Justiça do Trabalho.
30. Processo e procedimento dos dissídios individuais de trabalho. Prazos. Custas. Exceções. Nulidades. Recursos. Execução. Prescrição. Privilégios do Estado. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil.
31. Processo e procedimento dos dissídios coletivos. Competência para processá-los e julgá-los. Efeitos da sentença normativa. Recursos cabíveis. Execução.
32. Coisa julgada formal e material da sentença trabalhista. Acordos. Ação Rescisória.
33. Mandado de segurança no Direito do Trabalho. **Habeas corpus**. Medidas judiciais.

### 3. DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Conceito e tipos de Constituição. Teoria da Constituição. Poder Constituinte: modalidades.
2. Interpretação e integração da Constituição. Princípios fundamentais. O Estado Democrático de Direito.
3. O princípio da supremacia da Constituição. Controle da constitucionalidade das leis e atos normativos.
4. Regime representativo. República. Parlamentarismo e presidencialismo. Sistemas eleitorais. Partidos políticos.
5. Organização do Estado. Princípios fundamentais. Membros da Federação. Partilha de competências. Constituições Estaduais. Definição e limites do Poder Constituinte dos Estados.

6. Mecanismos de integração e de cooperação federativos: regiões, regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.
7. Competência tributária da União, Estados e Municípios. Limitações constitucionais ao poder de tributar: imunidades e privilégios. Princípios constitucionais tributários: capacidade contributiva, custo/benefício, legalidade, anterioridade e anualidade.
8. Bens da União e dos Estados: (terrestres e hídricos.) Proteção do patrimônio histórico, artístico, arqueológico, paisagístico, ecológico e cultural.
9. Separação de Poderes. Delegação. Invasão de competência.
10. Poder Legislativo. Imunidades parlamentares. Controle parlamentar dos atos da administração pública. Comissões parlamentares de inquérito federal e estaduais.
11. Processo legislativo. Iniciativa das leis. Emendas à Constituição, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, decretos legislativos e resoluções. Veto. Medidas provisórias com força de lei. Processo legislativo estadual.
12. Finanças públicas. Orçamento. Princípios constitucionais federais e estaduais. Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial. Tribunais de Contas federal e estadual.
13. Poder Executivo. Atribuições do Presidente da República. Responsabilidade do Presidente da República e Ministros de Estado.
14. Do Governador do Estado. Condições de elegibilidade. Impedimentos e vaga. Substituição e sucessão. Mandato. Atribuições. Responsabilidade. Imunidade e foro especial. Secretários de Estado.
15. Poder Judiciário. Garantia dos Juizes. Incompatibilidade. Tribunais Judiciários e respectivas competências. Questões políticas. Funções essenciais à Justiça. As garantias constitucionais dos Procuradores do Estado.
16. Processo Judicial. Competência originária do Supremo Tribunal Federal. Litígios entre os Estados Estrangeiros e a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios; causas e conflitos entre a União e os Estados ou entre estes: conflito de jurisdição e de atribuições. Competência do Superior Tribunal de Justiça.
17. Dos órgãos do Poder Judiciário do Estado. Competência do Tribunal de Justiça, Tribunal de Alçada, Conselho da Magistratura, Varas da Fazenda Pública. Da carreira de Magistrado.
18. Finanças públicas e patrimônio do Estado. Empréstimos externos contraídos por Estado ou Município.
19. Direitos e garantias fundamentais. Modalidades: individuais e coletivos; sociais e políticos.
20. **Habeas corpus**. Mandado de segurança. Mandado de injunção. **Habeas data**. Ação popular.
21. Controle de constitucionalidade. Modalidades: difuso e concentrado. Ação de inconstitucionalidade. Inconstitucionalidade face à Constituição Estadual.

22. A ordem econômica e financeira. Princípios federais. Intervenção do Estado. Regimes de propriedade do subsolo, da energia elétrica e da atividade econômica. Monopólios estatais. Intervenções sancionatórias: abuso do poder econômico e responsabilidade da pessoa jurídica.
23. Direito de propriedade. Limitações e condições do seu exercício. Desapropriação. Políticas urbana, agrícola, fundiária e da reforma agrária.
24. A ordem social. Direitos sociais. Seguridade social. Saúde. Previdência social. Assistência social. Educação, cultura e desporto. Competências federativas. Princípios. Sistemas de ensino.
25. Administração pública. Princípios constitucionais. Regimes de servidores públicos. Concurso. Acumulação. Servidor público em exercício de mandato eletivo.
26. Defesa do Estado e das instituições democráticas: estado de defesa e estado de sítio. Controle parlamentar e jurisdicional. Forças Armadas. Segurança pública. Polícia Civil. Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar.
27. Direito Constitucional Intertemporal. Eficácia de normas constitucionais e infraconstitucionais do sistema constitucional anterior. Disposições constitucionais gerais; disposições transitórias.
28. Inconstitucionalidade por omissão. Eficácia das normas constitucionais. Suprimento de omissões.
29. Os Municípios na Constituição Federal e na Constituição Estadual. Princípios e preceitos federais. Princípios estaduais. Leis Orgânicas Municipais (Cartas Municipais). Competência municipal.

#### 4. DIREITO CIVIL E COMERCIAL

1. Direito Objetivo. Norma jurídica. Fontes do direito. Vigência, hierarquia, revogação e interpretação das leis. Conflito intertemporal e interespacial de leis.
2. Pessoas. Pessoas físicas: começo, fim, capacidade, emancipação, registro civil e nome. Pessoas jurídicas: conceito e classificação. Domicílio. Ausência. Registro do comércio.
3. Bens. Classificações. Bens públicos e particulares: regime jurídico. Fundo de comércio.
4. Fatos, atos e negócios jurídicos: conceito. Classificações, defeitos, modalidades, forma e prova. Teoria geral das nulidades dos atos jurídicos.
5. Direitos subjetivos: conceito, classificações. Direitos reais e pessoais. Prescrição e decadência.
6. Obrigações: conceito e elementos essenciais. Classificações.
7. Fontes e efeitos das obrigações. Transmissão das obrigações. Cessão de direitos. Pagamento. Pagamento indevido. Mora. Extinção e inexecução das obrigações. Dívidas de valor. Correção monetária.
8. Teoria da imprevisão. Caso fortuito e força maior.
9. Concurso de credores. Falência e concordata.
10. Contratos: conceito, formação do vínculo e classificações. Conexão de contratos.

11. Evicção. Vícios redibitórios. Estipulação em favor de terceiros. Resolução, distrato, arrependimento e arras. Contrato preliminar.
12. Contratos típicos. Compra e venda mercantil civil e comercial. Promessa de compra e venda de imóvel. Permuta e doação.
13. Empreitada, mandato, comissão mercantil, depósito, mútuo, fiança.
14. Representação comercial. Concessão de venda. Arrendamento mercantil (**leasing**). Franquia (**franchising**). Emissão e utilização de cartão de crédito.
15. Sociedades civis e comerciais. Sociedade por ações. Sociedades por quotas de responsabilidade limitada.
16. Obrigações por declaração unilateral de vontade. Títulos de crédito: cheque, letra de câmbio, nota promissória e duplicata.
17. Ato ilícito. Abuso de direito. Responsabilidade civil e sua liquidação. Dano.
18. Posse: conceito, evolução, classificações, aquisição e perda. Efeitos e defesa da posse. Comosse.
19. Propriedade. Conceito. Limitações impostas à propriedade. Direitos de vizinhança. Construções e plantações. Aquisição e perda da propriedade móvel e imóvel. Registro de imóveis.
20. Condomínio. Propriedade em planos horizontais. Incorporação. Parcelamento do solo urbano.
21. Direitos reais limitados. Enfiteuse. Aforamento de terras públicas e terrenos de marinha.
22. Servidões. Direito de superfície. Usufruto, uso e habitação. Promessa de compra e venda de imóvel. Direitos reais de garantia. Cédula hipotecária, industrial e comercial. Alienação fiduciária.
23. Casamento e seu regime de bens. Dissolução e extinção da sociedade conjugal. Sociedade de fato. Parentesco.
24. Sucessões. Abertura da sucessão. Transmissão, aceitação e renúncia da herança. Herança jacente e vacante.
25. Sucessão legítima. Ordem de vocação hereditária. Representação. Herdeiros necessários. Redução das disposições testamentárias. Deserdção.
26. Sucessão testamentária. Testamento e codicilo. Disposições testamentárias. Direito de acrescer. Revogação, caducidade, rompimento e anulação do testamento.
27. Legados. Substituições, fideicomisso. Inventário e partilha. Sonegados. Invalidez e desconstituição da partilha.

#### 5. DIREITO TRIBUTÁRIO

1. Direito Tributário. Caracterização. Sua posição no quadro do Direito. Direito Constitucional Tributário.
2. Legislação tributária. Vigência e aplicação.
3. Interpretação e integração do Direito Tributário.

4. Obrigação tributária. Fato gerador. Alíquota e base de cálculo.
5. Sujeito ativo. Sujeito passivo. Solidariedade, capacidade tributária e domicílio tributário. Substituição tributária.
6. Responsabilidade tributária dos sucessores, de terceiros e por infrações.
7. Crédito tributário. Lançamento; modalidades.
8. Suspensão e extinção do crédito tributário. Prescrição e decadência.
9. Repetição do indébito. Restituição-incentivo.
10. Imunidade. Isenção, não-incidência, anistia e remissão.
11. Evasão, elisão, sonegação e fraude.
12. Garantias e privilégios do crédito tributário.
13. Penalidades fiscais. Natureza.
14. Sistema Tributário Nacional. Tributo: conceito, classificação, espécies. Impostos, taxas e contribuições.
15. Processo tributário judicial. Dívida Ativa. Execução fiscal. Mandado de segurança. Ações declaratórias, anulatórias e de consignação em pagamento. Medidas cautelares. Suspensão judicial da exigibilidade do crédito tributário. Privilégios. Contencioso fiscal.
16. Processo Tributário Administrativo. Natureza. Conselho de Contribuintes.
17. Impostos sobre produção, a circulação de mercadorias e a prestação de serviços. O princípio da não-cumulatividade.
18. Impostos estaduais. Adicionais de imposto de renda.
19. Impostos municipais.
20. Contribuição de melhoria. Contribuições sociais e econômicas.
21. Taxa Judiciária. Custas. Preços financeiros. Empréstimo compulsório.

**RESOLUÇÃO Nº 1.034/95-PG,  
DE 17 DE ABRIL DE 1995**

DESIGNA A COMISSÃO ORGANIZADORA DO 10º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO.

**O PROCURADOR-GERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, XLIII da Lei Complementar nº 15, de 25 de novembro de 1980, e ouvido o Conselho da Procuradoria-Geral do Estado, em sessão realizada em 10 de abril de 1995, RESOLVE:

Art. 1º - A Comissão Organizadora do 10º Concurso para ingresso na classe inicial da carreira de Procurador do Estado com as atribuições

estabelecidas no Regulamento aprovado pela Resolução nº 1033/95-PG, desta data, fica assim constituída:

**PRESIDENTE:**

Procurador-Chefe do CEJUR, **FERNANDO CAVALCANTI WALCACER**

**VICE-PRESIDENTE:**

Subprocurador-Geral do Estado, **LUIZ CARLOS GUIMARÃES CASTRO**

**SECRETÁRIO:**

Procurador **PEDRO GONÇALVES DA ROCHA SLAWINSKI**

**COORDENADORA-EXECUTIVA:**

Procuradora **TERESINHA D'ALMEIDA DANTAS**

**REPRESENTANTE DA O.A.B.:**

Advogado **IVAN LUIS NUNES FERREIRA**

**MEMBROS:**

Procuradora **BEATRIZ SARMENTO LEITE DO COUTO E SILVA**

Procurador **PAULO DE MORAES LOPES**

Procurador **ANDRÉ LUIZ CID MAIA**

Art. 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.  
Rio de Janeiro, 17 de abril de 1995.

**Raul Cid Loureiro**  
Procurador-Geral do Estado

**EDITAL DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES\***

A COMISSÃO ORGANIZADORA DO 10º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO FAZ SABER aos interessados que:

1 - Estarão abertas, no período de 2 de maio a 2 de junho de 1995, as inscrições para o 10º CONCURSO PARA INGRESSO NA CLASSE INICIAL DA CARREIRA DE PROCURADOR DO ESTADO, para preenchimento de 73 (setenta e três) vagas (CE/RJ, art. 77, VII).

\* DORJ de 24.04.95, pp. 22-23